

Verão P2

Guerra à guerra As oposições e a contestação anticolonial

60 anos da guerra colonial (XI) Ensaio O tema da deserção virá a constituir-se como um divisor de águas no terreno das oposições, opondo sobretudo o PCP e a quase generalidade dos grupos situados à sua esquerda. A galáxia maoísta aconselhava a deserção – com armas, se possível, segundo algumas correntes, como era o caso da OCMLP –, distanciando-se da proposta de ir para a frente de combate, que o PCP defendia para os seus militantes

Miguel Cardina

Em maio de 1961, o jornal *Avante!*, órgão do Partido Comunista Português (PCP), dedicava a sua primeira página a criticar a guerra colonial, “executada pela camarilha colonial-fascista, capitaneada por Salazar, contra a vontade da imensa maioria” do povo português. Apelava-se ao “levantamento em massa da nação” para pôr fim ao fascismo, gesto que exigiria “a estreita unidade de todas as forças patrióticas do país”. Exortavam-se também os “soldados, marinheiros, aviadores, homens honestos da PSP, GF e GNR” a recusarem ser

“carne para canhão dos criminosos colonialistas”, ao mesmo tempo que se defendia o “reconhecimento imediato do direito à autodeterminação e independência dos povos das colónias portuguesas” (*Avante!*, maio de 1961, n.º 300).

Estas proclamações surgiam num contexto específico. Aveso aos ventos descolonizadores da época, o Estado Novo começava a enfrentar a rebelião armada dos povos colonizados. Naquelas semanas, os acontecimentos em Angola conduziram à mobilização de contingentes militares que iam iniciar uma guerra –

mais tarde estendida à Guiné e a Moçambique – que poucos ou nenhuns então supunham vir a durar 13 longos anos.

Mas as posições do PCP refletiam também uma história mais longa de impasses e clarificações no que à questão colonial dizia respeito. No seu V Congresso, realizado em 1957 na clandestinidade, o partido tomara uma importante decisão, substituindo a sua posição anterior, que defendia a criação de secções locais do PCP nas colónias, pelo apoio a movimentos com base e direção africanas e destinados a lutar pela inde-



Carga policial no Congresso Republicano de Aveiro, em 1973. Foto do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra

pendência. Por outro lado, a política de unidade antifascista com os setores republicanos e liberais – que, entre outros aspetos, tivera expressão em estruturas como o MUNAF e o MUD – contribuía objetivamente para secundarizar a abordagem da questão colonial. Uma boa parte dos velhos republicanos, mesmo criticando alguns métodos de governo das colónias, eram declarados defensores do império e da ideia de um Portugal pluricontinental.

Este elemento, aliás, estaria presente na crítica feita por Francisco Martins Rodrigues, dirigente do PCP



Inquérito
de Proust
Tiago
Correia
Pág. 50

O PÚBLICO reúne na série 60 anos da guerra colonial 12 historiadores que reflectem através das duas perspectivas da história: colonizadores e colonizados.
Amanhã: o general e historiador Pedro Pezarat Correia escreve sobre “o estado do conflito nas vésperas do 25 de Abril”



Até muito tarde, no seio das oposições, a guerra — e mais ainda o próprio colonialismo — fora uma “questão fracturante”, como se virá a dizer, décadas depois, a outros propósitos

Iniciada a guerra, a natureza do regime viria a cercear as possibilidades de uma discussão aberta sobre o evento

que, na primeira metade da década de 1960, viria a protagonizar uma cisão pela esquerda, influenciada pelas teses chinesas no âmbito do conflito sino-soviético. Em *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, Martins Rodrigues mostrava-se marcado pelos abalos que o regime sofrera no agitado biénio de 1961-1962, considerando que se estava numa nova e mais radicalizada fase de combate ao regime, à qual a insurreição nas colónias prestara um auxílio precioso. Nessa medida, criticava a posição unitária do PCP e exortava a que se combatesse “intransigente-

mente o chauvinismo”, que estaria profundamente enraizado nas massas populares.

É verdade que, para além de proclamações do PCP, alguns escritos na imprensa anarquista e um embrionário movimento negro haviam já procurado enunciar, nos alvares do século XX, a justeza da autodeterminação dos povos colonizados. E é certo também que no pós-guerra estruturas como a Casa de Estudantes do Império desempenharam um papel relevante como plataforma cultural e política para uma nova geração de estudantes africanos,

muitos deles com lugar destacado no combate que se seguiu. No entanto, e tomadas no seu conjunto, as oposições em Portugal tiveram uma histórica dificuldade em afirmar uma posição política decididamente anticolonial.

Neste domínio, operou a funda impregnação da ideologia imperial, que a ditadura exacerbava e reconfigurava a partir de tópicos que vinham de meados do século XIX. Um imaginário que se via como ligado à época áurea das chamadas “Descobertas” e que, com a adopção do lusotropicalismo a partir da década

de 1950, veio a definir um quadro interpretativo da experiência colonial portuguesa que a entendia como diferente e mais benigna relativamente às restantes experiências coloniais produzidas por outras potências europeias. Assim se reproduzia a presença do tal “chauvinismo nas massas”, que legitimava a dominação colonial — num quadro, aliás, em que aumentava a população branca em África, particularmente em Angola e Moçambique —, ao mesmo tempo que se obliterava o racismo e a sobreexploração dos povos colonizados.

Por outro lado, e iniciada a guerra, a própria natureza do regime viria a cercear fortemente as possibilidades de existência de uma discussão aberta sobre o evento. Quando o controlo ideológico não chegava, sobrevinha a censura, a PIDE/DGS e a repressão dos adversários como forma de manter incontestada a opção pela guerra. Não significa isto que potências coloniais com regimes democráticos não se tivessem envolvido em conflitos armados visando conter os processos de emancipação dos povos colonizados, como, aliás, o demonstra a guerra feita pelos franceses na Argélia, entre outras. Mas, no caso português, entre outros aspetos, agiu com especial ênfase essa combinação entre a natureza do regime e a impregnação do imaginário colonial. Esses dois elementos ajudam a explicar a longevidade da guerra, mas também, e de modo aparentemente paradoxal, a natureza dos gestos que se lhe opuseram. Até muito tarde, no seio das oposições, a guerra — e, mais ainda, o próprio colonialismo — fora uma “questão fraturante”, como se virá a dizer décadas depois, a outros propósitos.

A partir de meados da década de 1960, e com uma intensidade crescente nos anos seguintes, uma nova ecologia política viria a empenhar-se na contestação da guerra. Contrastando com a atitude pactuante da generalidade da hierarquia católica, alguns sectores desenvolverão uma ação de timbre pacifista, essencialmente caracterizada pela tentativa de romper a censura e informar sobre a guerra. Inscrevem-se aqui as dissensões públicas de padres como Felicidade Alves ou Mário de Oliveira, mas também publicações como o *Direito à Informação*, os *Cadernos GEDOC* ou o *Boletim Anti-Colonial*, e vigílias pela paz como as realizadas nos últimos dias de 1968, em S. Domingos, e de 1972, na Capela do Rato.

Em segundo lugar, irão surgir organizações vocacionadas para a luta armada. No caso da Acção Revolucionária Armada (ARA), criada pelo PCP em 1970 e suspensa em 1973, serão feitas várias ações contra objetivos militares, entre os quais a destruição de aeronaves na Base Aérea de Tancos, em março de 1971; as Brigadas Revolucionárias (BR), lideradas por Isabel do Carmo e Carlos Antunes, serão responsáveis, a partir de 1971, por sabotagens, destruição de →

material de guerra e ataques e colocação de explosivos em instalações militares no país.

Em terceiro lugar, viria a despontar a partir de meados da década de 1960, e sobretudo já na década de 1970, um campo múltiplo associado à esquerda radical que contribuiu para uma crescente consciência crítica relativamente à guerra. Maoístas, trotskistas, socialistas radicais, entre outros, compunham esta emergente galáxia que entrecruzava anticapitalismo e anticolonialismo. O seu impacto concentrou-se sobretudo, ainda que não exclusivamente, em setores juvenis urbanos e escolarizados, num contexto em que o movimento estudantil caminhava numa rota de politização crescente.

Em fevereiro de 1968, uma manifestação contra a guerra do Vietname frente à Embaixada dos EUA era já um modo claro de apontar o alvo à guerra colonial. Se é verdade que na importante crise ocorrida em Coimbra, em 1969, a guerra ainda está ausente do catálogo explícito de reivindicações, logo a seguir ela virá a tornar-se a questão primordial do ativismo nas universidades, que se estenderá também aos liceus. A partir de julho de 1969, o Decreto-lei 49099 fará depender o adiamento do serviço militar do “bom comportamento” do aluno. A incorporação militar surgia assim como um castigo e, em alguma medida, como a antecâmara de um contágio. Como lembrou Pezarat Correia, a convivência com as camadas mais politizadas vindas das universidades fez com que muitos militares, a dada altura, se vissem “entre duas baladas do Zeca Afonso, a refletir em comum, a interrogarem-se, a porem em questão aquela guerra: porquê, para quê, em proveito de quem?” (Pedro Pezarat Correia, “Capitães de Abril – produto da geração dos anos 60?”, *Vértice*, 1990, n.º 26).

No exílio, o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e à independência e a denúncia da guerra tinham sido bandeiras da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), agrupando diferentes correntes de oposição – comunistas, socialistas, delgadistas, radicais – e que se instalara em 1963 na recém-independente Argélia. No estrangeiro, a ação de denúncia da guerra desenvolvia-se também com o auxílio de estruturas de socorro ou de visibilidade da questão colonial, como é o caso, entre outras, da francesa CIMADE (Comité Inter-Mouvement auprès des Évacués), que tivera um papel central na fuga de dezenas

BIO

Miguel Cardina é investigador auxiliar do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É autor ou co-autor de vários livros, capítulos e artigos sobre colonialismo, anticolonialismo e guerra colonial; história das ideologias políticas nas décadas de 1960 e 1970; e dinâmicas entre história, memória e poder. É coordenador do projecto de

investigação *Crome – Memórias Cruzadas, Políticas do Silêncio. As guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais* (2017-2023), financiado pelo European Research Council (ERC). Entre os seus livros está *As Voltas do Passado – A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*, em co-autoria com Bruno Sena Martins, e *Margem de Certa Maneira – o Maoísmo em Portugal 1964-1974*

de estudantes africanos ligados aos movimentos de libertação de Portugal, no Verão de 1961.

Desertores e refractários

Já na década de 1970, e impulsionados sobretudo pelo campo maoísta, surgirão estruturas de apoio aos desertores e refractários em vários países europeus, com o objetivo de auxiliar na regularização da situação dos recém-chegados e na sua integração nas sociedades de acolhimento. O tema da deserção virá, aliás, a constituir-se como um divisor de águas no terreno das oposições, opondo sobretudo o PCP e a quase generalidade

dos grupos situados à sua esquerda. A galáxia maoísta aconselhava a deserção – com armas, se possível, segundo algumas correntes, como era o caso da OCMLP –, distanciando-se da proposta de ir para a frente de combate, que o PCP defendia para os seus militantes.

Um estudo que efetuei, juntamente com Susana Martins, aponta para a existência de cerca de 9000 desertores (com lacunas pontuais em certos anos e ramos militares), a maioria deles desertando ainda em Portugal, devendo a isso associar-se um número estimado de refractários na ordem dos 10 a 20 mil jovens e de faltosos à inspeção que rondará os 200 mil jovens – ou seja, perto de 20% dos rapazes chamados à inspeção na então metrópole, neste caso a partir de dados do próprio Exército (Miguel Cardina e Susana Martins, “*Evading the War. Deserters and draft evaders of the Portuguese army during the colonial war*”, *E-Journal of Portuguese History*, 2019, n.º 17/2).

Muitos deles não recusavam a guerra a partir de um posicionamento ideologicamente explícito e eram alheios às discussões políticas nas oposições. Além disso, nem todos os faltosos à inspeção o fizeram certamente para escapar da guerra: uma parte viria mesmo a regressar ao país para cumprir o serviço militar. No entanto, e como os trabalhos de Victor Pereira sobre a emigração têm sublinhado, é também possível ver estes trânsitos como parte das estratégias de resistência infrapolítica das classes populares. Com efeito, no gesto de emigrar intersetavam-se, frequentemente, as questões relativas ao sustento material e à busca de oportunidades de vida no exterior com o escape a constrangimentos de outro tipo, entre os quais, na vida dos jovens, pesava com especial relevo o fantasma de ser mobilizado para combater numa guerra distante.

O congresso de Aveiro

Em abril de 1973, o III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, defendia na sua declaração conclusiva o fim da guerra colonial e terminou com uma forte carga política. À agitação estudantil, operária e no meio rural juntar-se-ia, entretanto, uma sensibilidade contra a guerra colonial junto dos militares, em vias de se tornar orgânica e decisiva. O Decreto 353/73, que permitia que os oficiais milicianos entrassem no quadro permanente, num contexto de falta de homens para continuar a condução da guerra, foi um rastilho que rapidamente tomou outras perspetivas. Às mãos dos movimentos de libertação africanos e dos militares do MFA, o país sofreria uma espécie de derrota de Pirro: perdia a guerra e ganhava o 25 de Abril.

